

DECRETO N.º 24.472, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1985

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação imóvel situado nesta Capital, à Rua Vermelino de Almeida, esquina com a Rua Porta do Prado, subdistrito de Santo Amaro, município e comarca da Capital, necessário à Secretaria da Saúde

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º e 6.º do Decreto-lei Federal n.º 3.365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado, por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo caracterizado, constituído de um terreno sem benfeitorias, situado na Rua Vermelino de Almeida, esquina com a Rua Porta do Prado, no subdistrito de Santo Amaro, nesta Capital, necessário à Secretaria da Saúde, que consta pertencer à Nova Santo Amaro Imobiliária e Construtora S/A, Luiz Antonio de Mattos, Jean Evangelos Kratzas, Antonio Remigio Conde e Ronaldo Lucio Manzano, imóvel descrito no Processo PGE n.º 89.455/84, a saber:

“Inicia no ponto ‘A’, situado no alinhamento predial da Rua Vermelino de Almeida e junto ao lote n.º 49; daí, segue em linha reta confrontando com o lote n.º 49 no rumo de 88º43’43”SW e na distância de 22,53 metros até o ponto ‘B’; daí, deflete à direita e segue em linha reta confrontando com os lotes de n.ºs 11, 12, 13 e 14 no rumo de 50º25’24”NW e na distância de 45,48 metros até o ponto ‘C’; situado na divisa do lote n.º 42; daí, deflete à direita e segue em linha reta confrontando com o lote n.º 42 no rumo de 40º41’00”NE e na distância de 25,00 metros até o ponto ‘D’; situado no alinhamento predial da Rua Porta do Prado; daí, deflete à direita e segue em linha reta pelo alinhamento predial da Rua Porta do Prado no rumo de 66º05’14”SE e na distância de 25,70 metros até o ponto ‘E’; situado no PC da curva; daí, em curva à direita e pelo mesmo alinhamento predial, no desenvolvimento de 34,00 metros até o ponto ‘F’; situado no PT da curva e situado no alinhamento predial da Rua Vermelino de Almeida; daí, segue em linha reta por esse alinhamento no rumo de 06º36’25”SW e na distância de 13,00 metros até o ponto ‘A’, início da nossa presente descrição e encerrando a superfície de 1.720,83m² (um mil, setecentos e vinte metros e oitenta e três decímetros quadrados)”.

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta do subelemento 4110-20, da Procuradoria Geral do Estado.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de dezembro de 1985.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

João Yunes, Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 9 de dezembro de 1985.

DECRETO N.º 24.473, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Assembléia Legislativa, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que dispõe o artigo 1.º, da Lei n.º 4.854, de 26 de novembro de 1985,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cr\$ 1.309.940.000 (um bilhão, trezentos e nove milhões e novecentos e quarenta mil cruzeiros), suplementar ao seu orçamento vigente, observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos de redução da mesma Unidade Orçamentária, consoante dispõe o inciso III, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de dezembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 9 de dezembro de 1985.

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
01.01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	410.940.000	
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	406.000.000	
	SUB-TOTAL	1.016.940.000	
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	243.000.000	
4.2.2.0	CONST.OU AUMENTO CAP.EMP.COMERC.OU FINAN	50.000.000	
	SUB-TOTAL	293.000.000	
	TOTAL	1.309.940.000	
		CORRENTES	CAPITAL
	ATIVIDADES		
	ELABORACAO LEGISLATIVA		
	01.01.001.2.001	916.940.000	100.000.000
	MANUTENCAO DE PROPRIOS		
	01.01.001.2.614	100.000.000	193.000.000
	TOTAL	1.016.940.000	293.000.000

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
01.01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	400.000.000	
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	535.000.000	
3.2.3.3	CONTRIBUICOES CORRENTES	15.000.000	
3.2.5.9	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS	2.138.000	
	SUB-TOTAL	952.138.000	
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.802.000	
	SUB-TOTAL	357.802.000	
	TOTAL	1.309.940.000	
		CORRENTES	CAPITAL
	ATIVIDADES		
	ELABORACAO LEGISLATIVA		
	01.01.001.2.001	17.138.000	0
	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE		
	01.01.001.2.613	500.000.000	76.802.000
	MANUTENCAO DE PROPRIOS		
	01.01.001.2.614	435.000.000	0
	PROCESSAMENTO DE DADOS		
	01.01.001.2.615	0	281.000.000
	TOTAL	952.138.000	357.802.000

DECRETO N.º 24.474, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, visando ao atendimento de Despesas de Capital e para repasse ao Departamento de Edifícios e Obras Públicas — DOP

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que dispõe o artigo 1.º, da Lei n.º 4.854, de 26 de novembro de 1985,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cr\$ 4.737.604.588 (quatro bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, seiscentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros), suplementar ao seu orçamento vigente, observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I — Cr\$ 2.687.832.951 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e um cruzeiros), nos termos do inciso II, e

II — Cr\$ 2.049.771.637 (dois bilhões, quarenta e nove milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros), nos termos do inciso III.

Artigo 3.º — Fica alterado o orçamento vigente do Departamento de Edifícios e Obras Públicas — DOP, mediante a suplementação de Cr\$ 4.720.000.000 (quatro bilhões e setecentos e vinte milhões de cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática a discriminação constante das Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 4.º — A suplementação de que trata o artigo anterior será coberta com recursos a que alude o § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte conformidade:

I — Cr\$ 2.670.228.363 (dois bilhões, seiscentos e setenta milhões, duzentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e três cruzeiros), nos termos do inciso II, em decorrência do disposto no artigo primeiro e

II — Cr\$ 2.049.771.637 (dois bilhões, quarenta e nove milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros), nos termos do inciso III, com recursos de redução orçamentária da própria Autarquia.

Artigo 5.º — Fica alterada a Programação da Despesa Orçamentária do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 23.187, de 28 de dezembro de 1984, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de dezembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 9 de dezembro de 1985.

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
15	SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE		
15.01	SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE		
4.1.1.0	OBRAS E INSTALACOES	17.604.588	
	SUB-TOTAL	17.604.588	
	TOTAL	17.604.588	
		CORRENTES	CAPITAL
	PROJETOS		
	REFORMA E AMPLIACAO DO EDIFICIO SEDE		
	03.07.025.1.106	0	17.604.588
	TOTAL	0	17.604.588

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
15.40	ENTIDADES SUPERVISIONADAS		
4.3.1.1	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	4.720.000.000	
	SUB-TOTAL	4.720.000.000	
	TOTAL	4.720.000.000	
		CORRENTES	CAPITAL
	PROJETOS		
	PROJETOS DO DOP		
	03.07.025.1.107	0	120.000.000
	PROJETOS DO DOP		
	07.39.531.7.276	0	4.600.000.000
	TOTAL	0	4.720.000.000

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
15.57	DEPTO.DE EDIFICIOS E OBRAS PUBLICAS-DOP		
4.1.1.0	OBRAS E INSTALACOES	4.720.000.000	
	SUB-TOTAL	4.720.000.000	
	TOTAL	4.720.000.000	
		CORRENTES	CAPITAL
	PROJETOS		
	REFORMAS E CONSERV.DE PREDIOS ESTADUAIS		
	03.07.025.1.108	0	120.000.000
	OBRAS DE ARTE		
	07.39.531.1.168	0	4.600.000.000
	TOTAL	0	4.720.000.000

TABELA 1 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
15	SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE		
15.40	ENTIDADES SUPERVISIONADAS		
3.2.1.1	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	2.049.771.637	
	SUB-TOTAL	2.049.771.637	
	TOTAL	2.049.771.637	
		CORRENTES	CAPITAL
	ATIVIDADES		
	ATIVIDADES DO DOP		
	03.07.021.8.193	2.049.771.637	0
	TOTAL	2.049.771.637	0

TABELA 2 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
15	SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE		
15.01	SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE		
TOTAL		17.604.588	
4A.	QUOTA	17.604.588	
	ADMINISTRACAO INDIRETA		
15.57	DEPTO.DE EDIFICIOS E OBRAS PUBLICAS-DOP		
TOTAL		4.720.000.000	
4A.	QUOTA	4.720.000.000	
	REDUCAO		

TABELA 2 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
15	SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE		
15.57	DEPTO.DE EDIFICIOS E OBRAS PUBLICAS-DOP		
TOTAL		2.049.771.637	
4A.	QUOTA	2.049.771.637	

TABELA 3 - SUPLEMENTAÇÃO		Cr\$	
DISCRIMINATIVO DA DESPESA POR SUB-PROGRAMA A NIVEL DE ELEMENTO			
ORGAO 15.57 - DEPTO.DE EDIFICIOS E OBRAS PUBLICAS-DOP			
CATEGORIAS ECONOMICAS	TOTAL	SUB PROGRAMAS	
CODIGO	ESPECIFICACAO	03.07.025	07.39.531
4.1.1.0	OBRAS E INSTALACOES	4.720.000.000	4.600.000.000
	TOTAL	4.720.000.000	4.600.000.000
	REDUCAO		
CATEGORIAS ECONOMICAS	TOTAL	SUB PROGRAMAS	
CODIGO	ESPECIFICACAO	03.07.021	
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	2.049.771.637	2.049.771.637
	TOTAL	2.049.771.637	2.049.771.637

DECRETO N.º 24.330, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1985

Dispõe sobre concessão de subvenção às instituições assistenciais que especifica

Retificação do D.O. de 27-11-85

Artigo 1.º —

V —

d) Santa Bárbara D'Oeste

onde se lê: 1. Serviço Paroquial de Assistência Social de Santa Bárbara

leia-se: 1. Serviço Paroquial de Assistência Social na Freguesia de Nossa Senhora Aparecida

DECRETO N.º 24.456, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1985

Retificação do D.O. de 7-12-85

Na ementa leia-se como segue e não como constou:

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado à Rua Oscar de Moura Lacerda, antiga Rua Sebastião Ribeiro do Vale, no subdistrito da Casa Verde, necessário à Secretaria da Saúde

REEMBOLSO POSTAL

A Imesp está querendo facilitar ainda mais as coisas para você. Faça aquisição dos Modelos Oficiais através do serviço de Reembolso Postal. Economize tempo e dinheiro.

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 - Fone 291-3344 (R. 246) CEP 03103 - São Paulo